

**JERICOACOARA, O PARAÍSO É AQUI? DE VILA DE PESCADORES A OÁSIS
PARA OS TURISTAS: UMA RELEITURA DA INVASÃO DOS PORTUGUESES EM
1500?**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.029-075>

Marcela da Silva Melo

Mestra em Avaliação de Políticas Públicas

IFCE campus Acaraú

E-mail: marcelamelo@ifce.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2073-8504>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1797605417118544>

Carlos André da Silva Costa

Especialista em Administração Pública

IFCE campus Acaraú

E-mail: carlosandre.ifce@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9317-2761>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1809374686023890>

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo avaliar a implementação da política de fomento ao turismo pelo Estado do Ceará, que contribuiu e contribui para a inserção da Vila de Jericoacoara como indutora do turismo, e suas consequências socioespaciais, econômicas e culturais para a vila e o município de Jijoca de Jericoacoara, a partir de uma comparação do que ocorreu no Brasil desde 1500, seu “descobrimento”. Para isto, utilizou-se uma perspectiva avaliativa, que tem sua sustentação na pesquisa qualitativa, a partir da apresentação das dimensões de conteúdo e contexto. Para coleta de dados, utilizou-se a análise bibliográfica e documental. A análise apresentada aponta diversas consequências, a formação socioeconômica do Brasil, ligada à exploração capitalista desde a colonização, serve como pano de fundo para entender como o turismo se insere nesse sistema. A globalização e a pragmática neoliberal impõem a lógica do capital ao Estado, utilizando o lugar como insumo a ser vendido. As políticas públicas de turismo no Brasil, muitas vezes, promovem desenvolvimento econômico que atende a elites, sem atender integralmente às necessidades sociais.

Palavras-chave: Avaliação de políticas públicas. Turismo. Jericoacoara. Formação socioeconômica do Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a realizar uma avaliação da política de fomento ao turismo implementada pelo Estado do Ceará. Esta política tem sido fundamental para a inserção da Vila de Jericoacoara como um polo indutor do turismo, transformando-a de uma pacata vila de pescadores em um internacionalmente conhecido destino turístico. O estudo analisa as consequências dessa transformação e das políticas de fomento nos aspectos socioespaciais, econômicos e culturais para a própria vila e para o município de Jijoca de Jericoacoara.

Situada no litoral oeste do Ceará, a Vila de Jericoacoara vivia outrora quase exclusivamente da pesca artesanal, com um estilo de vida lento e anônimo até por volta de 1983. No entanto, com a antevisão das possibilidades turísticas, empresas e indivíduos começaram a atuar na região, iniciando um processo de especulação imobiliária.

Enquanto cidadã residente em Acaraú-CE, cidade no entorno de Jericoacoara, e como pesquisadora na área de Avaliação de Políticas Públicas, a autora levanta questionamentos cruciais para a compreensão da dinâmica turística local. Busca-se entender em que contexto histórico e social Jericoacoara emergiu como destino turístico. Questiona-se sobre os conflitos socioespaciais que surgiram, notadamente decorrentes da desapropriação das terras dos pescadores. Uma indagação central é porque o significativo desempenho econômico impulsionado pelo turismo não se traduz em desenvolvimento socioeconômico para os habitantes locais. Além disso, a pesquisa busca discernir se as políticas públicas empreendidas pelo Estado visam atender aos interesses sociais ou primariamente aos interesses do capital. Por fim, avalia-se se a forma de turismo praticado atualmente na Vila pode ser caracterizada como uma atividade responsável e sustentável ou se caminha para o desgaste do local.

Para alcançar estes objetivos, a pesquisa adotou uma perspectiva avaliativa. A metodologia tem sua sustentação na pesquisa qualitativa, utilizando a análise bibliográfica e documental para a coleta de dados. Pressupostos teóricos foram empregados para nortear as categorias de análise e fundamentar o estudo.

Em suma, a pesquisa se insere no debate sobre o desenvolvimento turístico e seus impactos, utilizando o caso de Jericoacoara para avaliar como as políticas públicas moldam a relação entre capital, estado e sociedade, e quais as reais implicações para as comunidades receptoras, indo além da mera perspectiva econômica para analisar as transformações socioespaciais e culturais. Para desenvolver esta análise, o texto está estruturado nas seguintes subdivisões: a primeira apresenta uma análise da formação socioeconômica do Brasil, que contextualiza o desenvolvimento do capitalismo no país e suas complexidades socioeconômicas atuais e explica que a colonização das terras americanas não foi por deslocamento populacional, mas pela expansão comercial europeia, resultando na exploração ampla e especuladora dos recursos naturais nas colônias tropicais. Em seguida, apresentamos as políticas públicas de um Estado Ajustador, que discute o papel do Estado e das

políticas públicas no fomento ao turismo, e indica que as políticas públicas de turismo no Brasil surgem para atender aos interesses econômicos das elites, utilizando as características locais como insumos a serem vendidos através do marketing do lugar. Por conseguinte, aprofunda a análise do caso específico de Jericoacoara. E, finaliza-se com a Conclusão, que sintetiza as reflexões e aponta para as consequências identificadas.

2 A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL

A fim de compreender as tessituras e complexidades socioeconômicas que personificam o Brasil é imprescindível um mergulho profundo em suas origens históricas mais remotas. Nesse sentido, cabe lembrar que a ocupação das longínquas terras americanas não se deu pela necessidade de deslocamento demográfico da população da Metrópole, mas essencialmente como uma consequência da expansão comercial europeia a partir do século XV (FURTADO, 1987).

Em decorrência disso, as colônias tropicais serão alçadas a um destino distinto do de suas irmãs na zona temperada. A pedra de toque da colonização dos trópicos será a exploração ampla, prolongada, especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais (PRADO JR, 2000).

Por esses aspectos, Furtado (1974, p.77) indica que “[...] as chamadas economias subdesenvolvidas, estão intimamente ligadas à forma como o capitalismo industrial cresceu e se difundiu desde os seus começos. [...]”. Evidencia-se, portanto, que a narrativa sobre o subdesenvolvimento da América Latina constitui a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Embora a miséria e atraso a que foi condenada sejam narrados como uma sequela da sua especialização em perder, o fato não considerado é que os (países) que ganharam apenas o fizeram porque nós perdemos, uma vez que nossas riquezas caucionaram nossa pobreza ao serem alocadas com o fito de nutrir a prosperidade alheia (GALEANO, 2014).

Ademais, Frigotto (1999) destaca que ao ganharmos nossa independência pelas mãos do colonizador, esculpimos nossa matriz cultural numa relação em que os colonizados se submetem aos seus conquistadores, renegando nossas raízes. Uma relação de submissão dos colonizadores aos seus conquistadores, que ainda hoje nos compele a uma integração subordinada ao grande capital. Em suma, “[...] O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial [...] em que o “sete-de-setembro” não tocou. [...]” (PRADO JR, 2000, p. 121)

O exposto até aqui, nos traz uma perspectiva do sistema do capital, que se apresenta como o primeiro na História a se constituir como totalizador irrecusável e irresistível, que se impõe de forma repressiva (MÉSZAROS, 2011). De fato, somente é viável o capitalismo onde há relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as diversas e inesgotáveis formas de exploração social, que sustentam o peso do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1974).

Bauman (2009) o denominará “sistema parasitário”, que somente sobrevive se encontrar um organismo que lhe forneça alimento. E ele o faz às custas de prejudicar e até destruir o seu hospedeiro, mesmo que isto coloque em risco sua própria existência. Com efeito, a humanidade o gerou, pariu e segue alimentando-o e permitindo o seu desenvolvimento a partir do consumo de vidas humanas. Logo, “para melhor ou para pior, na saúde e na doença, a economia moderna cresce como um adolescente inundado por hormônios. Devora tudo que encontra pela frente, mas cresce mais depressa do que podemos registrar.” (HARARI, 2018, p.409)

Com o propósito de supervalorizar o poder do capital, é dada vida à globalização. Nos últimos tempos, o termo “globalização” entrou na moda, contudo, o que se esquivam cautelosamente de falar é sobre o tipo de “globalização” viável. Propagada como necessária, positiva e com resultados elogiáveis, o fato é que o processo de globalização que nos deparamos se afirma a partir do reforço dos centros dinâmicos de dominação e exploração do capital, às custas de uma desigualdade crescente, em que nada se oferece aos países subdesenvolvidos (MÉSZAROS, 2011).

Atualmente, a globalização apresenta fortes tendências à homogeneização da sociedade e dos níveis de consumo, em que os desejos são incutidos em toda a sociedade como um mecanismo crucial para retroalimentar o sistema. Dentre as diversas atividades mercadológicas, a atividade turística, como vem se apresentando, colabora com o debate dessa condição típica do processo de globalização (VARGAS, 1998).

Além disso, o capital também precisa impor a sua lógica de apropriação ao Estado, a partir da pragmática neoliberal. Nas palavras de Bauman (1999, p. 73), “O Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão [...] torna-se um mero serviço de segurança para as megaempresas [...]”

Como resultado, identificaremos que as políticas públicas de turismo no Brasil surgem para promover um desenvolvimento econômico capaz de atender ao discurso das elites em busca de alternativas para outras áreas econômicas (ARAÚJO, 2011).

Dessa forma, a atividade turística tem aval para utilizar os elementos que caracterizam o lugar como insumos preciosos, constituindo parte das políticas de gestão territorial, a fim de vendê-los como produtos acabados para o consumo. Por fim, fica também o marketing do lugar como uma responsabilidade do setor público, a fim de que este desenvolva investidas capazes de influenciar aspectos do comportamento de grupos e criar uma imagem capaz de vender o lugar aos turistas. (VARGAS, 1998)

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE UM ESTADO AJUSTADOR

A política pública, em um primeiro momento, estabelece-se como meio para solucionar problemáticas econômicas e sociais de forma a promover o desenvolvimento do país, em que o seu

conhecimento se baseia na questão econômica, com ênfase nas políticas restritivas de gastos, e, só posteriormente a área social será incluída na agenda do governo. (CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010). Não à toa, na civilização contemporânea, temos um Estado que personifica um neoprotecionismo ao capital. (CARVALHO, A., 2010)

Contudo, já não há muitos seguidores da ideia de que a política econômica por si só, mesmo que bem-sucedida, seja justificativa suficiente para dispensar as políticas sociais. Ao invés disso, compreende-se que a solução, em princípio trivial, é a de que existe espaço para que agendas sociais sejam implementadas, no entanto, este espaço não é livre e desimpedido, e sim marcado e delimitado. Dessa forma, torna-se crucial compreender os condicionantes dessas políticas sociais e identificar as chances de sucesso delas. (SCHWARTZMAN, 2004, p.182). Assim, “nos circuitos de seletividade e fragmentação do ajuste brasileiro, o mais grave é a constatação de que o Estado não tem Políticas Públicas Ativas para contrabalançar a exclusão [...]” (CARVALHO, 2002, p.7)

Dentro desta reflexão, as Políticas Públicas são planejadas como propostas de intervenção estatal, consolidadas por meio de medidas institucionais, que se referem a setores específicos da sociedade (CARVALHO, A., 2010). De acordo com a Constituição Federal de 1988, a finalidade das Políticas Públicas seria promover benefícios a todos os cidadãos. E, quando tratamos de Políticas Públicas direcionadas ao turismo, consideram-se como ações voltadas ao desenvolvimento turístico com a finalidade de beneficiar a sociedade (ARAÚJO, E., 2011).

O início da década de 1990 é marcado pela primeira iniciativa concreta de fomento ao turismo no Ceará, a partir da implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Ceará – PRODETURIS. Em seguida, vem o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), projetado pelos Governos Estaduais do Nordeste juntamente com o Banco do Nordeste (BNB), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE) a fim de buscar o desenvolvimento do turismo na região. E o PRODETUR tem como agentes financeiros externos o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Nordeste (BNB) atua como executor e os estados nordestinos como subtomadores de empréstimos (CEARÁ, 2016).

Em 1995, é elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará, com o turismo como destaque, e para o planejamento das atividades relacionadas ao Turismo foi criada então a Secretaria de Turismo (SETUR-CE), que nasce com um plano para o período de 1995-2020, um longo prazo. A SETUR torna-se então o órgão coordenador e executor do PRODETUR no Ceará (ARAÚJO, E., 2011).

Nesse país, em que podemos descrever as ações do poder público como centralizadoras, pouco transparentes e insistentemente implementadas de forma paliativa, as políticas públicas tornam-se

imprescindíveis na mediação da relação entre Estado e sociedade, a fim de viabilizar o exercício do direito à cidadania por toda a população.

Logo, tão essencial quanto a forma de agir do Estado na delimitação das políticas é a participação dos atores envolvidos, uma vez que estes são os indivíduos capazes de ver os sentidos e significados da política. Para tanto é importante a discussão política da política pública, das agendas de governo e das posições dos atores como um instrumento para validação dos direitos democráticos.

Ademais, ao considerarmos os tempos de Estado ajustador que vivenciamos, o mercado profundamente precarizado e a crise do capitalismo, percebemos que esta situação cobra um preço elevado, essencialmente aos estratos sociais mais miseráveis, e a estes restam apenas as políticas públicas como mínimas formas de acesso ao que já está garantido, pelo menos na Constituição: direito a ser um cidadão.

4 JERICOACOARA, O PARAÍSO É AQUI?

Nesta conjectura, em 1980, inicia-se a abertura do Ceará para o Turismo, onde as políticas públicas precisaram atuar em duas vertentes: na criação de infraestrutura para que os investidores tivessem interesse no Ceará, e, na concepção de uma nova visão à população (CEARÁ, 2016).

À medida que o turismo se instala em um determinado espaço, traz consigo formas e funções espaciais estipuladas pelo capital turístico. Dessa maneira, a criação desses espaços tem a capacidade de interferir diretamente nos arranjos territoriais, principalmente ao se tornarem polos de atração de pessoas, empresas e políticas públicas. Dinâmica que pode conduzir à deterioração ou até mesmo à destruição de antigos lugares em nome de interesses imediatos. (MARTINS, 2019)

O turismo segue a tendência de homogeneização da globalização, que recai sobre os lugares, paisagens e sobre a cultura, e, o modelo brasileiro fortalece essa tendência. Com isto, cria problemáticas para as populações receptoras e para os ambientes naturais, devido à constante transformação do lugar, que produz um estranhamento por causa da perda das referências, inclusive do espaço territorial. Logo, neste processo de mercantilização dos lugares, o espaço passa a ser privatizado por meio de mediações mercadológicas, em que o valor de troca prevalece sobre o valor de uso (FONTELES, 1999).

Trata-se da situação observada, por exemplo, em Jericoacoara, uma vila de pescadores, situada no litoral oeste do Ceará, distante 310 km de Fortaleza. Lá, antes de tornar-se um destino turístico, o valor de troca, entre seus moradores, era quase inexistente. Os primeiros turistas que visitaram esta comunidade hospedavam-se nas casas dos pescadores. Atualmente, a lógica do capital atira seus tentáculos e suga toda a vila. Diante disto, vemos pousadas conectadas a redes internacionais, mas que deixa grande parte dos moradores nativos excluídos do mercado turístico (FONTELES, 1999).

Portanto, ao “inventar lugares” ideais para mobilizar a necessidade do consumo, é acionado o estranhamento do lugar que lhe acolhe, visto que o espaço foi convertido em um objeto sem densidade histórica, que se destinam unicamente a atrair consumidores, ao esconder todas as contradições pertencentes ao processo de sua produção. Proporcionando a função estética da mercadoria, em que não é evidenciado ao consumidor como foi subjugada, dominada e esfacelada com o único objetivo de caber dentro dos ideais de consumo (MARTINS, 2019).

Beni (2019) alerta que o turismo, como um produto, encarna as mesmas fases de vida de um produto: incipiência, nascimento, crescimento, equilíbrio, saturação, declínio, e, por fim, a dissolução. Então, este pode ocasionar, no espaço visitado, impactos que vão desde a degradação e destruição dos recursos naturais, a perda da autenticidade cultural local perpassando pela desintegração da comunidade e pela ausência de perspectivas para os nativos dessas áreas.

Pelo seu apelo economicista, o turismo acaba, sobretudo nos países subdesenvolvidos, estimulando a concentração de capital, a inversão de prioridades no que concerne às demandas sociais e o desequilíbrio dos lugares. Assim, a população local por muitas vezes não é beneficiada com a oferta de emprego no setor, por não possuir as qualificações exigidas, restando-lhes apenas buscar a sobrevivência por meio da informalidade, onde ficam à mercê da vulnerabilidade imposta pela sazonalidade. (PAIVA, 2008))

No período pós-pandemia da Covid-19, detecta-se o relaxamento das normativas ambientais, que modificou a metodologia da fiscalização e apuração de infrações ambientais pelos órgãos federais. Contexto que dificultou a investigação das irregularidades e aplicação de sanções. Tem-se que a “pandemia de Covid-19 e suas implicações podem arruinar décadas de esforços de conservação no contexto brasileiro [...]” (NASCIMENTO; ALMEIDA; COELHO, 2023).

Afinal é preciso assimilar que os processos de apropriação do espaço turístico, devido ao significativo aumento da atividade turística no Parque Nacional de Jericoacoara, se refazem até mesmo nas condições mais adversas, acarretando perda de espaço, combinada com o apagamento cultural e impondo impactos no estilo de vida dos nativos, além dos danos causados à paisagem, fauna e flora de uma Unidade de Conservação (UC). (NASCIMENTO; ALMEIDA; COELHO, 2023).

Nesta lógica, fica claro porque a Praia de Jericoacoara, mesmo formalizada como unidade de conservação, tem microplásticos identificados no sedimento da praia e, na Duna do Pôr do Sol, elementos estes que quando ingeridos por animais, não são digeridos e finda por bloquear a passagem de alimentos e a absorção de nutrientes vitais à sua existência, falhando assim na missão da unidade de conservação de proteger áreas de grande impacto para a preservação e funcionalidade dos ecossistemas e da biodiversidade. Portanto, as atividades turísticas já indicam problemas ambientais significativos, que também podem vir a representar transtornos econômicos e da saúde pública. (DUTRA; MAIA, 2022).

Não obstante, não tem sido apenas a presença dos microplásticos que têm demonstrado os danos ambientais causados pelo turismo um tanto predatório na Vila de Jericoacoara, uma situação mais dramática retrata o “desaparecimento” da Duna do Pôr do Sol. “A paisagem dunar trata-se de um domínio litorâneo altamente frágil e vulnerável, resultado de um processo morfodinâmico lento e complexo.” (GONDIM et al, 2024, p.144).

Para isso, antes é preciso conceber que as dunas oferecem aos ambientes litorâneos um obstáculo para que não ocorram inundações, ao possibilitar que a energia das ondas se dissipe e, assim, reduz o potencial erosivo da costa. Além de comportar uma vasta diversidade ecológica, o que as caracteriza como Áreas de Preservação Permanente. Dessa forma, o turismo ao impulsionar a transformação das paisagens litorâneas, por meio da exploração ambiental, turística e imobiliária desreguladas, deixa a conta para a natureza e esta nem tem sido capaz de arcar e se recuperar dos custos de uma exploração turística desregulada. (GONDIM et al, 2024).

Logo, ao não considerarem a instabilidade e vulnerabilidade das dunas, o desenvolvimento da atividade turística de forma desordenada permitiu a instalação de equipamentos urbanos (restaurantes, pousadas e hotéis) nas proximidades da duna, além das atividades de recreação na mesma, que levou a um assustadoramente alarmante déficit do coeficiente sedimentar e a descaracterização paisagística da Duna do Pôr do Sol da Vila de Jericoacoara. (GONDIM et al, 2024).

É crucial lembrarmos que turismo não é uma atividade neutra, uma vez que potencialmente gera tanto impactos positivos, quanto negativos nas comunidades que o recebem. Se, por um lado, temos a geração de novas vagas de emprego, por outro, temos uma indústria caracterizada por conceber monopólios e desestruturação das economias de subsistências e tradicionais. Ademais, não nos esqueçamos de que as regiões que o recebem ainda sofrem com a escassez de moradias, com a especulação imobiliária e com o crescimento econômico subsidiado pela oferta de empregos informais e precarizados para os habitantes locais, enquanto resguarda as vagas formais para trabalhadores de outras cidades, regiões e até mesmo de outros países. (SILVA, 2017).

Assim, o desenvolvimento do turismo caracteriza-se como uma “venda casada”, em que o crescimento econômico vem junto com significativas e, muitas vezes, danosas transformações em seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Dentre eles, indicamos: a exploração e ocupação desordenada da faixa litorânea, aumento do tráfego de veículos nas dunas, dedicação quase que exclusiva ao desenvolvimento apenas do turismo como atividade econômica, exploração sexual e de trabalho de menores, além da descaracterização cultural. (SILVA, 2017).

É imperativo que consigamos enxergar que o lugar é o espaço vivido, onde as pessoas concebem suas vidas e com o qual elas se identificam ficando associado à sua história. O pertencimento a um lugar é um sentimento tão imprescindível à pessoa quanto pertencer a uma família. Assim, o que

irá tornar um espaço em lugar será, em seu âmago, a emoção e o simbolismo, que se modelam na existência humana. (MARTINS, 2005)

A Vila de Jericoacoara, no município de Jijoca de Jericoacoara, era uma vila que vivia quase exclusivamente da pesca artesanal, onde o grande luxo para seus habitantes era poder viver em terra livre da invasão e da especulação. A pacata vila seguia sua caminhada lenta, mas normal, em um quase anonimato até 1983. Depois disso, tanto empresas quanto pessoas, já antevendo as possibilidades turísticas locais, iniciam o processo de especulação imobiliária (ARAÚJO, 1987).

A praia de “Jericoacoara, o paraíso é aqui” ainda vivencia o efervescer de ter sido eleita como melhor destino turístico na América Latina (VEJA, 2016). No entanto, embora seu município sede, Jijoca de Jericoacoara, tenha gerado R\$ 493,9 milhões de receita no ano de 2019. (COELHO, 2021). Segundo dados do IBGE, 48,5% da população tem rendimento mensal per capita de até ½ salário-mínimo (BRASIL, 2018). Ou seja, a riqueza gerada pela Vila não chega à sua população ou região situada.

5 CONCLUSÃO

Compreendemos que a história oficial do Brasil começa a ser contada ao mundo, a partir de seu “descobrimento” pelos portugueses, lá no ano de 1500. Ali, naquele instante, foi selado o destino da nossa nação como uma colônia de exploração, em que nos mantemos até hoje. A Metrópole, não satisfeita em se apropriar de nossas abundantes riquezas naturais, lança-se na pretensão de transformar o espaço e submeter sua cultura ao povo nativo.

Tal situação assemelha-se de diversas formas com a história do “descobrimento” e desenvolvimento da antes vila de pescadores, e hoje internacionalmente conhecida como “Jericoacoara, o paraíso é aqui”. Um oásis que exala luxo e gera riquezas a outrem, a partir da exploração de seus recursos naturais, pela desapropriação do seu povo de suas terras e de sua cultura, a fim de adequar o local aos prazeres, necessidades e comodidades criadas e típicas do capital. Uma vez que o modus operandi do capital no Brasil, ao qual se subordina também o turismo, destaca-se por sua essência concentradora de renda, excludente e sustentado pelas desigualdades socioespaciais.

Em Jericoacoara, a atividade turística, que antes era baseada na hospitalidade dos pescadores, foi transformada pela lógica do capital, levando à privatização do espaço e à perda de referências culturais. Os resultados incluem impactos negativos como a degradação ambiental (microplásticos na praia e erosão da Duna do Pôr do Sol) e a descaracterização paisagística, impulsionadas pelo turismo desordenado e equipamentos urbanos. Socioeconomicamente, o turismo promove concentração de capital, especulação imobiliária e exclusão da população local dos empregos formais, restando a informalidade. Apesar da significativa receita gerada pelo turismo, grande parte da população de Jijoca de Jericoacoara vive com rendimento per capita baixo, indicando que a riqueza não beneficia a



população ou a região. A situação assemelha-se à exploração colonial, onde a vila gera riqueza para outros à custa de seus recursos e de seu povo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. F.. As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza. *Sociedade e Território*, v. 23, p. 57-73, 2011.

ARAÚJO. N. Jericoacoara. Editora Minerva, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. Globalização; as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: SENAC/SP. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ceará vive novo boom da economia do turismo. 2018. Disponível em: <[_____. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jijoca-de-jericoacoara/panorama>> Acesso em: 30/10/2020.](http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/11867-cear%C3%A1-vive-novo-boom-na-economia-do-turismo.html#:~:text=Jericoacoara%20conta%2C%20atualmente%2C%20com%206.411,41%2C98%25%20a%20mais.>http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/11867-cear%C3%A1-vive-novo-boom-na-economia-do-turismo.html#:~:text=Jericoacoara%20conta%2C%20atualmente%2C%20com%206.411,41%2C98%25%20a%20mais.> Acesso em: 30/10/2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Estado e Políticas Públicas Brasil e Portugal: Novas Configurações Desafios do Presente. *Revista Políticas Públicas da UFMA*. P. 233-256, ago.2010.

_____. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. *Rev. Políticas Públicas*, São Luís, v. 6, n. 1, p. 41-66, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Maria de Lourdes de; BARBOSA, Telma Regina da Costa Guimarães; SOARES, Jeferson Boechat. Implementação de Política Pública: uma abordagem teórica e crítica. X Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária em América del Sur. Mar del Plata, Dez. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Turismo. Evolução Recente do Turismo no Ceará 2006/2016. Disponível em: <<https://www.setur.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/59/2016/11/evolucao-turismo-2006-2016-artigo.pdf>> Acesso em: 03/10/2020.

COELHO, Ingrid. Pereiro e Jericoacoara: por que essas economias são destaques de crescimento no Ceará? *DIÁRIO DO NORDESTE*. Fortaleza: 22 dez 2021. Negócios. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/pereiro-e-jericoacoara-por-que-essas-economias-sao-destaques-de-crescimento-no-ceara-1.3172927>>. Acesso em: 16/05/2025

DUTRA, K. A. A.; MAIA, R. C. Caracterização dos Microplásticos encontrados no Parque Nacional de Jericoacoara, Brasil. *Arquivos de ciências do mar*, v. 55, p. 160-172, 2022.

FONTELES, José Osmar. Turismo Globalizado. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*. n.1, p.91-98, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 22 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.

_____. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

GONDIM, José Hélio Alves; VASCONCELOS, Fábio Perdigão; JOCA, Yammê Batista; SILVEIRA, Adely Pereira . Percepção socioambiental e transformação da paisagem dunar: análise comparativa Da Duna do Pôr Do Sol, Jericoacoara - Ceará. Revista Contexto Geográfico, v. 9, p. 143-155, 2024.

HARARI, Yuval Noah. Sapiens – Uma breve história da humanidade. 1. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

MARTINS, G. I.. Estética da Mercadoria e as Dinâmicas de Apropriação da Natureza pelo Turismo no Litoral Alagoano. Caminhos da Geografia (UFU. Online), v. 20, p. 517-536, 2019.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.6, n.10. p.109117, 2005.

MÉSZAROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. REVISTA, -SÃO PAULO: BOITEMPO, 2011.

NASCIMENTO, H. H. O.; ALMEIDA, Antonio Cavalcante de; COELHO, S. D.. Turismo na pós-pandemia: desafios e oportunidades para a sustentabilidade do Parque Nacional de Jericoacara, Ceará, Brasil. In: SUSTENTARE & WIPIS 2023, 2023, São Paulo. SUSTENTARE & WIPIS, 2023.

PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo, a produção e o consumo do espaço. In: II Colóquio Internacional Comércio e Cidade, 2008, São Paulo. II Colóquio Internacional Comércio e Cidade, 2008.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, Sandro Marques da. Os impactos socio-econômicos do turismo: estudo de caso na comunidade brasileira de Jericoacoara - Ceará (2000-2015). Tese (Doutorado em Ciências da Informação, especialidade em Marketing e Comunicação Estratégica) - Universidade Fernando Pessoa, 2017.

VARGAS, H. C.. Turismo e Valorização do Lugar. Turismo em análise, São Paulo, v. 9, n.1, p. 7-19, 1998.

VEJA. Jericoacoara, no Ceará, é eleita melhor destino na América Latina. 2016. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/economia/destino-no-ceara-e-o-melhor-na-america-do-sul-para-2017-diz-site/>> Acesso em: 30/10/2020.